

Indicadores de Autolesão e Evasão Escolar entre crianças e adolescentes do Ensino Fundamental no Estado da Paraíba: estudo de série temporal

Self-injury and School Dropout indicators among Elementary School children and adolescents in the State of Paraíba: a time-series study

Indicadores de Autolesión y Deserción Escolar en niños y adolescentes de Escuela Primaria en el Estado de Paraíba: un estudio de series temporales

Recebido: 19/08/2021 | Revisado: 24/08/2021 | Aceito: 31/08/2021 | Publicado: 02/09/2021

Renato Américo Dantas Camilo de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8841-0853>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

E-mail: macrenato2010@gmail.com

Jonathan Bento Cavalcanti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4129-4722>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

E-mail: jonathan.ifpb@gmail.com

Luís Augusto Soares Castellon

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2875-9652>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

E-mail: luisaugustocastellon@gmail.com

Edwirde Luiz Silva Camêlo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3686-927X>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

E-mail: edwirde@servidor.uepb.edu.br

Resumo

Objetivo: Investigar a correlação entre os indicadores de evasão escolar em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e a prevalência de hospitalizações por conduta autolesiva entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no estado da Paraíba. **Metodologia:** Estudo ecológico exploratório com desenho de séries temporais entre os anos de 2009 e 2018, a partir da coleta de dados secundários extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas-INEP e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN. As análises estatísticas foram realizadas no programa R (versão 3.6.2). **Resultados:** Foram notificadas 205 internações hospitalares por autolesão entre crianças e adolescentes em idade escolar, com média anual de $20,5 \pm 20,17$. O volume de lesões autoprovocadas aumentou significativamente a partir do ano de 2014. No mesmo período, a taxa média de evasão escolar anual foi $13,07 \pm 4,3$. A partir de 2017 houve um aumento da evasão nas escolas da zona urbana e uma diminuição nas escolas rurais. **Conclusão:** Espera-se que o presente estudo possa contribuir no avanço das discussões acerca do papel social da escola enquanto agente facilitador de estratégias psicopedagógicas e de políticas públicas em saúde mental com foco no enfrentamento dos fatores socioambientais associados à autolesão infantil e à evasão escolar.

Palavras-chave: Comportamento autodestrutivo; Evasão escolar; Saúde pública; Estatística descritiva.

Abstract

Objective: To investigate the correlation between school dropout indicators in public and private elementary schools and the prevalence of hospitalizations for self-injurious behaviour among children and adolescents aged 5 to 14 years in the state of Paraíba. **Methodology:** An ecological and exploratory study with time-series design between the years 2009 and 2018, using secondary data collected from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and the National Notifiable Diseases Information System (SINAN). Statistical analyses of the present study were performed using R (version 3.6.2). **Results:** A total of 205 hospital admissions for self-injury among schoolchildren and adolescents were reported, with an annual mean of 20.5 ± 20.17 . The volume of self-harm increased significantly from the year 2014. In the same period, the average annual school dropout rate was 13.07 ± 4.3 . From 2017 onwards, there was an increase in dropout in urban area schools and a decrease in rural schools. **Conclusion:** It is expected that this study can contribute to the advancement of discussions about the social role of the school as a facilitator of psycho-pedagogical strategies and public policies in mental health focused on coping with social and environmental factors associated with child self-injury and school dropout.

Keywords: Self-destructive behaviour; Student dropouts; Public health; Descriptive statistics.

Resumen

Objetivo: Investigar la correlación entre los indicadores de abandono escolar en escuelas primarias públicas y privadas y la prevalencia de hospitalizaciones por conductas autolesivas entre niños y adolescentes de 5 a 14 años en el Estado de Paraíba. **Metodología:** Estudio exploratorio ecológico con diseño de series temporales entre los años 2009 y 2018, a partir de la recogida de datos secundarios extraídos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP) y Sistema de Información de Enfermedades Notificables (SINAN). Los análisis estadísticos se realizaron con el programa R (versión 3.6.2). **Resultados:** Se reportaron un total de 205 ingresos hospitalarios por autolesiones entre escolares, con una media anual de $20,5 \pm 20,17$. El volumen de autolesiones aumentó significativamente desde el año 2014. En el mismo periodo, la tasa media anual de abandono escolar fue de $13,07 \pm 4,3$. A partir de 2017, hubo un aumento del abandono en las escuelas de la zona urbana y una disminución en las escuelas rurales. **Conclusión:** Se espera que este estudio pueda contribuir a avanzar en las discusiones sobre el rol social de la escuela como facilitadora de estrategias psicopedagógicas y políticas públicas en salud mental enfocadas en el afrontamiento de los factores sociales y ambientales asociados a la autolesión infantil y la deserción escolar.

Palabras clave: Comportamiento autodestructiva; Abandono escolar; Salud pública; Estadísticas descriptivas.

1. Introdução

A autolesão diz respeito ao comportamento disfuncional de infligir dor ao próprio corpo de forma intencional e em resposta à condições de intenso sofrimento psíquico, podendo ocorrer na presença ou ausência de motivação suicida (American Psychiatric Association, 2014). Em geral, condutas autolesivas podem ser motivadas pelo desejo de autopunição em situações de elevado estresse e autocobrança, pela necessidade de autorregulação emocional diante do sofrimento decorrente da experiência de emoções negativas intensas e, ainda, com o objetivo de exercer controle situacional e influência sobre terceiros (Klonsky, 2007; Klonsky & Glenn, 2009; Hooley & Germain, 2013). A predisposição genética, histórico de transtornos psiquiátricos e dificuldades na regulação do ciclo sono-vigília, em associação com fatores ambientais relacionados à vulnerabilidade econômica, violência familiar, desemprego e abuso de drogas, destacam-se como fatores de risco para a autolesão (Cedaro & Nascimento, 2013; Tardivo, Rosa, Ferreira, Chaves & Pinto Júnior, 2019; Silva et al., 2019), cujo início é comumente relatado no início da adolescência e atinge sua maior expressão na faixa dos 20 anos de idade, gradualmente decaindo com o tempo (APA, 2014).

Em face da ausência de levantamentos epidemiológicos de larga escala realizados no Brasil sobre o fenômeno da autolesão, em especial entre crianças e adolescentes, pesquisas internacionais sugerem um índice de prevalência em torno dos 13% para autolesões relatadas na infância, e de 35% na adolescência (Santos & Faro, 2018). Associando-se em geral a condições clínicas prévias, como a Síndrome de Tourette e o Transtorno do Espectro Autista, o relativamente reduzido volume de dados sobre a autolesão na infância parece indicar uma elevada subnotificação de casos, sobretudo em função da dificuldade salientada pelos profissionais da saúde, professores, parentes e responsáveis pelas crianças e adolescentes no sentido de identificar corretamente os sinais de um episódio de autolesão, sobretudo sem confundi-lo com um acidente doméstico (Sá et al., 2010; Bahia, Avanci, Pinto & Minayo, 2017; Santos & Faro, 2018).

Lidar com questões de saúde mental na infância, em especial no diálogo com as especificidades do ambiente de formação escolar, pressupõe a abertura de um olhar transversalizado que não desconsidere a importância das particularidades orgânicas e psicossociais envolvidas no processo de contínua maturação neurobiológica da criança, a partir de onde serão desenvolvidas e refinadas suas habilidades de interação social, seus traços de personalidade e suas competências afetivas, cognitivas e comportamentais (Sousa, Santos, Silva, Perrelli & Sougey, 2017). Sabe-se que a evolução de dificuldades emocionais e psicológicas, em consonância com a presença de transtornos de aprendizagem e de depressão na infância, é sinal indicativo que potencializa o risco de queda do rendimento escolar, podendo motivar a evasão do aluno do ambiente escolar, sobretudo em instituições com carência de recursos, de infraestrutura adequada e de profissionais capacitados (Tafarelo & Francisco, 2018).

Uma das 27 unidades federativas do Brasil, a Paraíba é o quinto estado mais populoso do Nordeste brasileiro com

uma população de pouco mais de quatro milhões de habitantes distribuídos entre 223 municípios, 23 microrregiões e quatro mesorregiões (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020). Considerando a influência do ambiente escolar para manutenção da saúde mental das crianças e adolescentes, evidencia-se a importância de estudos que investiguem os fenômenos da autolesão e da evasão escolar de forma transversal e dialética, tendo em vista as particularidades socioeconômicas e culturais próprias do cenário paraibano.

Neste sentido, o presente estudo busca analisar os indicadores de evasão escolar em escolas públicas e privadas de ensino fundamental no estado da Paraíba entre os anos de 2009 e 2018, considerando a prevalência de hospitalizações por conduta autolesiva entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no estado neste mesmo período.

2. Metodologia

Trata-se de estudo ecológico exploratório com desenho de séries temporais entre os anos de 2009 e 2018, a partir da coleta de dados secundários extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas-INEP e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN. Esses dados quantitativos foram tabulados por meio do software Microsoft Excel 2016 no sistema operacional Windows 8, sendo as análises estatísticas realizadas no programa R (R Core Team, 2019), versão 3.4.3.

As variáveis incluídas foram: (1) as taxas anuais de Autorizações de Internações Hospitalares-AIH para pacientes entre 5 e 14 anos internos em serviços hospitalares no estado da Paraíba, cuja motivação foi codificada entre X60 e X84 na Classificação Internacional de Doenças, décima versão-CID-10, e extraídas do Sistema de Informações Hospitalares-SIH do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS entre 2009 e 2018; (2) os resultados anuais do Censo Escolar referentes às taxas de Evasão Escolar registradas entre as escolas Públicas e Privadas de Ensino Fundamental do estado da Paraíba entre 2009 e 2018, tanto da zona urbana quanto da zona rural.

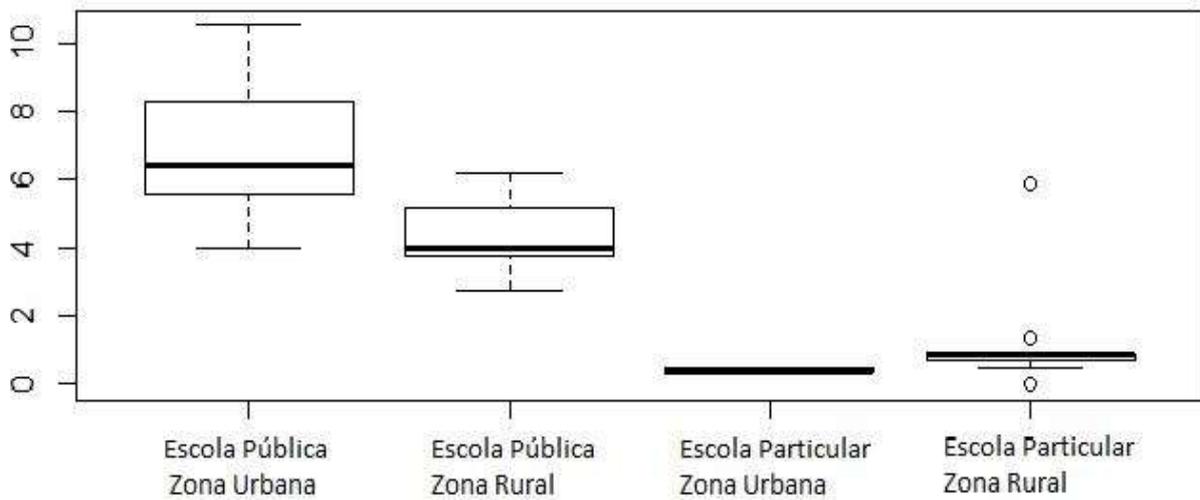
Também denominadas de estudos comunitários ou estatísticos (Estrela, 2018), as pesquisas de tipo ecológico prestam-se ao propósito de rastrear a presença de possíveis correlações estatísticas entre os dados quantitativos coletados a partir de diferentes indicadores observados dentro de um mesmo conglomerado populacional ou recorte geográfico específico, de modo a levantar hipóteses elucidativas acerca das condições de ocorrência e de associação entre estes mesmos indicadores no interior do escopo populacional previamente considerado (Martins, Ribeiro, Bobroff, Marziale & Cruz, 2014).

Considerando tratar-se de um estudo estatístico de dados secundários que não contemplam identificação pessoal e sem o envolvimento direto de seres humanos, a presente pesquisa não foi submetida à apreciação avaliativa por Comitê de Ética.

3. Resultados

No período entre 2009 e 2018, foram notificadas 205 internações hospitalares por autolesão para pacientes de 5 a 14 anos no estado da Paraíba, com média $20,5 \pm 20,17$ de internações anuais. No mesmo período, a taxa média de evasão escolar anual foi $13,07 \pm 4,3$. A distribuição das taxas de evasão escolar durante o período analisado é mostrada na Figura 1.

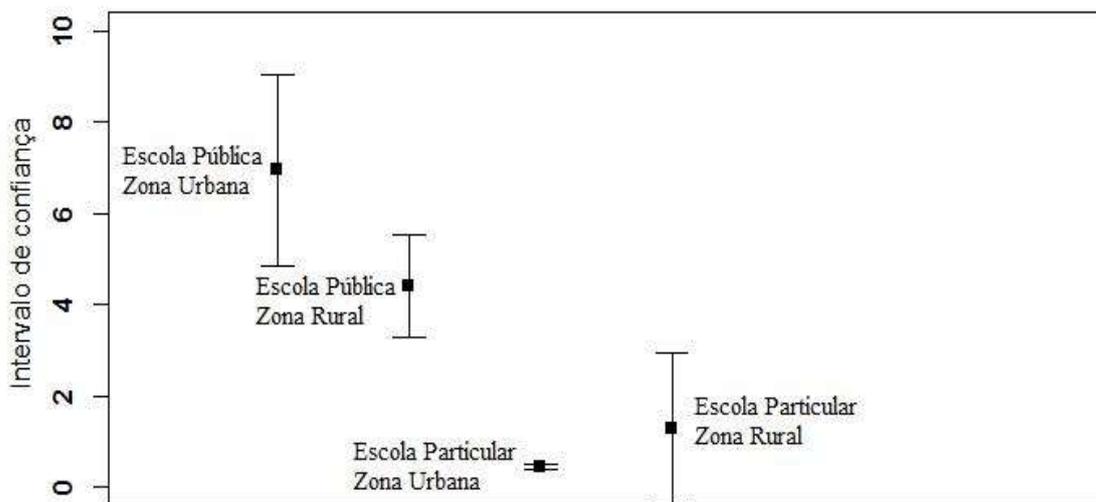
Figura 1 - Diagramas *box-plot* comparando a distribuição das taxas de evasão escolar entre os quatro conjuntos escolares em função dos valores das medianas, dos quartis e dos *outliers* observados.



Fonte: Autores (2021).

As escolas particulares apresentaram valores extremamente concentrados em torno da média, mostrando poucas variações. Ao passo que Escolas públicas no geral apresentam uma taxa de evasão maior do que as escolas particulares, independente da zona. As escolas públicas da zona urbana apresentaram a maior média, assim como a maior dispersão em torno da média ($6,95 \pm 2,09$), enquanto as escolas particulares da zona urbana obtiveram taxas de evasão baixíssimas com valores muito próximos ($0,43 \pm 0,06$). Três valores atípicos fazem a média das escolas particulares da zona rural ter um alto desvio padrão, que no geral apresenta valores pouco dispersos ($1,29 \pm 1,65$). Nota-se que ser da zona urbana é um fator que acompanha o aumento da evasão escolar do ensino público, mas o inverso se aplica ao ensino particular.

Figura 2 - Intervalos de Confiança estabelecidos em função da média e do desvio-padrão das taxas de evasão escolar observadas entre os quatro conjuntos escolares.

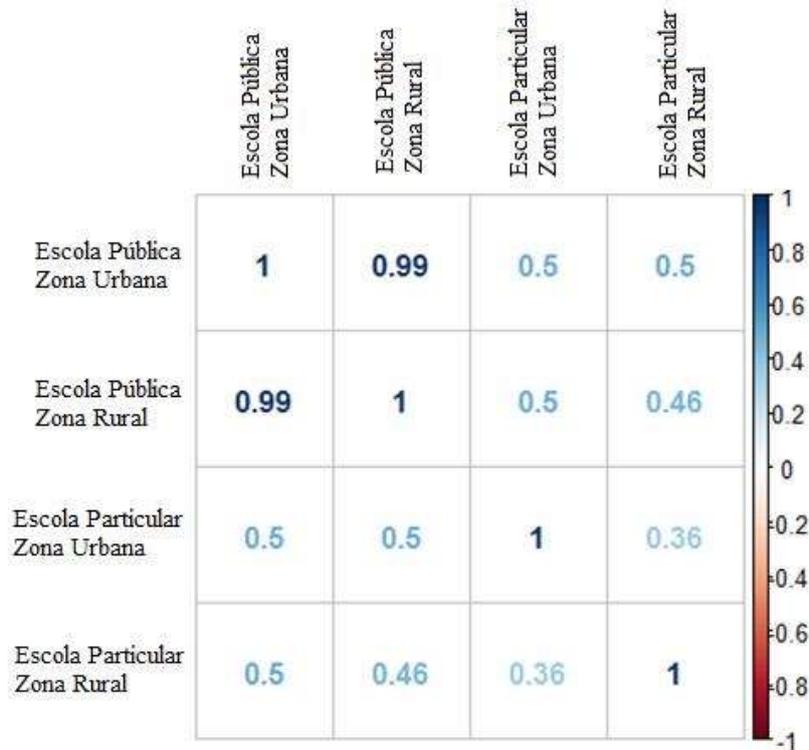


Fonte: Autores (2021).

Observa-se na Figura 2 acima que as escolas particulares da zona urbana tiveram uma menor variação em torno da média, enquanto que a Escola pública zona urbana teve uma maior variação em torno da média, isso significa que o número de

evasão variou muito em torno da média nos anos de 2009 a 2018. Na Figura 3 encontra-se uma matriz de correlação linear bivariada de Pearson entre os quatro conjuntos escolares.

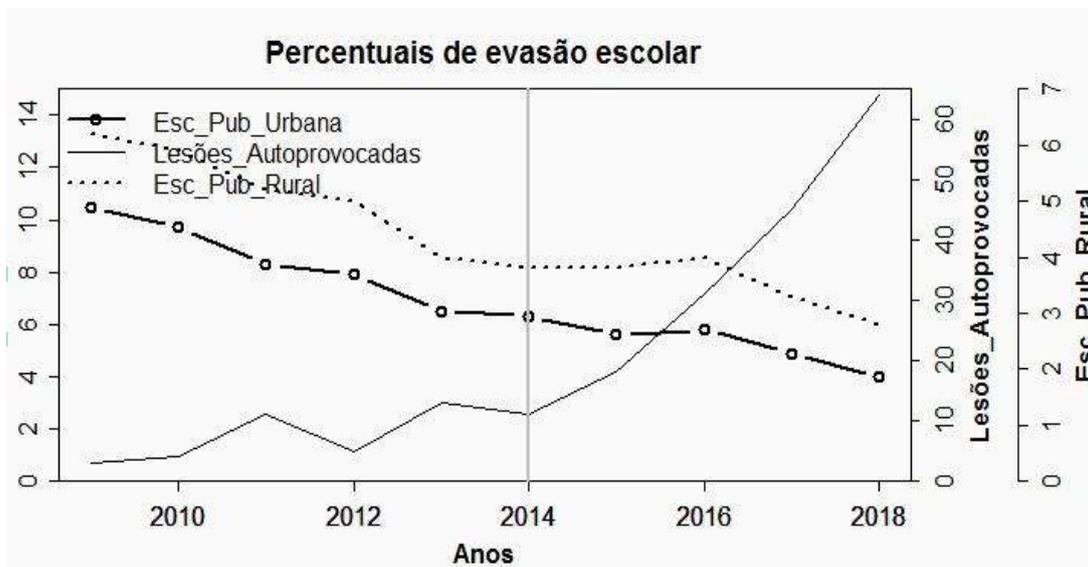
Figura 3 - Matriz de correlação entre os valores de evasão escolar observados entre os quatro conjuntos escolares.



Fonte: Autores (2021).

Há uma altíssima correlação entre as taxas de evasão escolar do ensino público na zona rural e do ensino público na zona urbana ($r = 0,99$). Todas as outras correlações são ao menos moderadas, com exceção do coeficiente mais baixo — o da correlação entre as escolas particulares da zona rural e as escolas particulares da zona urbana ($r = 0,36$). A Figura 4 mostra a variação do percentual de evasão escolar no decorrer dos anos entre as escolas públicas da zona urbana e rural.

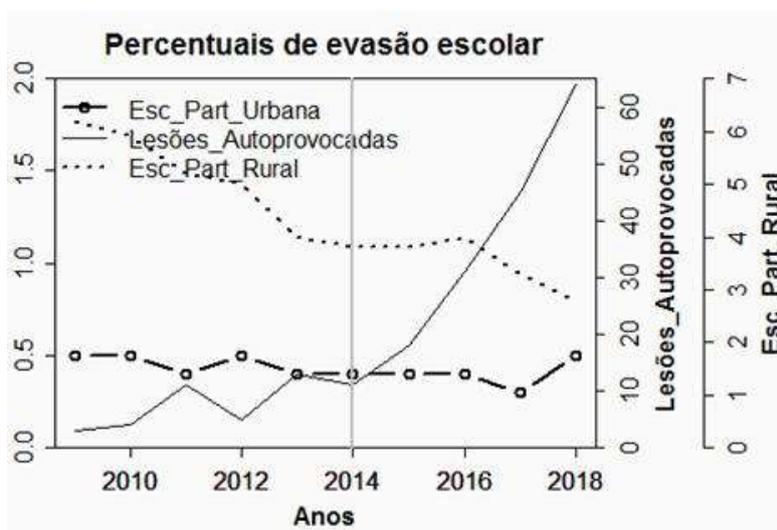
Figura 4 - Distribuição temporal dos coeficientes de autolesão e de evasão escolar entre as escolas públicas de Ensino Fundamental no estado da Paraíba entre os anos de 2009 e 2018.



Fonte: Autores (2021).

Observa-se que o percentual das escolas públicas urbanas (linha e ponto) foi superior ao das escolas públicas rurais (linha pontilhada) em todos os anos, ao passo que progrediram de maneira semelhante. A partir do ano 2014 (linha horizontal) houve uma grande quantidade de lesões autoprovocadas. A Figura 5 mostra a variação do percentual de evasão escolar no decorrer dos anos entre as escolas particulares da zona urbana e rural.

Figura 5 - Distribuição temporal dos coeficientes de autolesão e de evasão escolar entre as escolas particulares de Ensino Fundamental no estado da Paraíba entre os anos de 2009 e 2018.



Fonte: Autores (2021).

Há uma clara discrepância entre as escolas particulares urbanas e públicas. A partir de 2017 houve um aumento da evasão nas escolas urbanas e uma diminuição nas escolas rurais. Por sua vez, a partir de 2014 a quantidade de lesões autoprovocadas aumentou significativamente em comparação ao período anterior.

4. Discussão

As escolas públicas de Ensino Fundamental no estado da Paraíba apresentam uma maior amplitude na dispersão média de seus dados, acumulando índices anuais significativamente superiores em comparação às reduzidas taxas de evasão escolar observadas em instituições particulares no mesmo período, onde os valores tendem a se comportar de forma expressivamente mais concentrada. O nítido contraste observado entre os resultados anuais de cada um dos modelos de gestão educacional parece denotar a presença de uma correlação entre as especificidades infraestruturais e pedagógicas das instituições de ensino público e privado e o desempenho dessas mesmas escolas quanto à capacidade de garantir a aderência do seu corpo de alunos de forma continuada. Corroborando tais achados, dados nacionais extraídos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB indicam que, no decorrer dos nove anos que perfazem o Ensino Fundamental, as escolas particulares apresentaram médias de desempenho educacional e de aprovação maiores se comparadas às escolas da rede pública (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2019). Apesar de 97% das crianças e adolescentes brasileiras frequentarem o primeiro ano do Ensino Fundamental, das quais 82% são absorvidas em vagas da rede pública, a defasagem observada entre a idade dos alunos e a série em que se encontram atinge a marca dos 23,3%. Dentre as mais de 1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar que atualmente não estudam, 62% chegaram a frequentar a escola em algum momento (INEP, 2016).

Considerando a prerrogativa constitucional que prevê a responsabilidade do Estado enquanto garantidor da universalização do acesso gratuito à Educação Básica de qualidade (Oliveira, Borqui & Miranda 2018), sobretudo para as parcelas economicamente menos favorecidas da população, essa significativa dissonância, em detrimento das escolas de ensino público, reflete o paradigma de uma conjuntura política deficitária que, longe de priorizar a educação básica como vetor de desenvolvimento social, apresenta graves dificuldades em garantir um aproveitamento pedagógico satisfatório se comparado aos resultados alcançados na rede privada (Naiff & Naiff, 2021). Nesse sentido, a persistência dos fenômenos da repetência e da evasão escolar na trajetória do Ensino Fundamental no Brasil é indicativa de um sistema educacional excludente e seletivo que não promove a plena garantia dos direitos educacionais reservados à população em idade escolar (Almeida & Alves, 2021). Outrossim, para crianças e adolescentes de baixa renda cuja família encontra-se cadastrada em Programas governamentais de transferência de renda vinculados à Políticas Públicas de assistência social, como o Bolsa Família, observa-se uma redução do risco de reprovações e de evasão (Shirasu & Arraes, 2016), dada a obrigatoriedade de que a matrícula e frequência escolar sejam comprovadas para o recebimento dos valores.

O comparativo de desempenho observado entre as escolas da rede particular e da rede pública no estado da Paraíba manteve uma proporção semelhante entre os diferentes recortes geográficos considerados (zona urbana e zona rural), ou seja, as evidências coletadas indicam que, tanto nos centros urbanos quanto no campo, o índice de evasão em escolas privadas manteve-se inferior ao das escolas públicas. Contudo, o fator geográfico passa a expressar significativas distinções quando os dois modelos de gestão educacional são considerados isoladamente (rede pública e particular), ou seja, enquanto que no ensino público os índices de evasão entre a zona urbana e a zona rural foram profundamente semelhantes do ponto de vista estatístico, na rede privada os percentuais de evasão escolar se comportaram de forma altamente diferenciada entre a zona urbana e a zona rural. Tais especificidades reiteram, tanto no contexto paraibano quanto no brasileiro, a prevalência do fenômeno da desigualdade político-econômica enquanto variável de profunda importância para a compreensão das múltiplas causalidades e dos fatores associados à evasão escolar entre crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, possibilitando que se considere o sistema educacional enquanto produto social que se distribui de forma assimétrica e desigual entre regiões distintas (Zequinão et al., 2017).

Considerando que apenas 21% da população total da zona rural brasileira frequenta a rede de ensino, a realidade da Educação Básica no campo dá conta de um índice de 91, 96% de matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental para

crianças e adolescentes entre os 6 e os 14 anos (INEP, 2016). Contudo, a maior parcela desses alunos encontra-se atendida em escolas multisseriadas e unidocentes com graves problemas de infraestrutura e de funcionamento, das quais 90,1% não possuem acesso à internet, 15% não possuem energia elétrica, 14,7% não possuem esgoto sanitário e 10,4% não possuem água potável (Hage, 2014), o que estimula as famílias do campo a enviarem seus filhos para serem escolarizados em cidades próximas ou, na impossibilidade financeira de assim procederem, acaba por aumentar significativamente o risco de evasão escolar.

No caso dos grandes centros urbanos, a elevada concentração de renda e a desigualdade social dela decorrente impõem a presença de realidades socioeconômicas profundamente distintas entre os estudantes pertencentes a famílias financeiramente privilegiadas - com maior acesso, portanto, a melhores ferramentas pedagógicas - e aqueles em situação de maior vulnerabilidade social - cujas famílias encontram dificuldade de garantir sua presença na escola, muitas vezes dependendo da renda proveniente da sua ajuda como força de trabalho informal (Naiff & Naiff, 2021). As múltiplas manifestações da pobreza urbana acentuam a correlação observada entre baixa escolaridade e piora nas condições de renda da população, com a repetição de ciclos geracionais em que abandono escolar é experimentado em diversas ocasiões na mesma família pela necessidade de geração de renda de subsistência em trabalhos informais de baixo retorno financeiro, salientando assim os contornos políticos e econômicos da desigualdade social (Naiff, Sá & Naiff, 2008).

A saúde mental das crianças e dos adolescentes está intimamente ligada às condições do ambiente social e psicológico nos quais elas se desenvolvem, de modo que problemas emocionais podem ocorrer a partir da exposição contínua a múltiplas ameaças, como a alta prevalência de doenças, o nascimento a partir de uma gestação não desejada ou incompleta, condições socioeconômicas adversas, além de experiências de abuso, violência, maus tratos, negligência parental, falhas no desenvolvimento decorrente da falta de estímulos, etc; gerando um encadeamento negativo que contribui para o surgimento de distúrbios do comportamento e do desenvolvimento (Halpern & Figueiras, 2004). Nesse sentido, os fatores de risco para alterações comportamentais na infância transcendem a dimensão puramente biológica e individual, sendo os problemas de saúde mental infantil o resultado de uma complexa interação entre as dimensões genéticas e ambientais, que também englobam fatores protetivos e preventivos para atenuação dos riscos ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, promovendo a diminuição da violência intrafamiliar, delitos sociais e a melhora adaptativa dos indivíduos ao seu ambiente (Matsukura, Fernandes, & Cid, 2014).

Dentre os inúmeros indicadores de problemas emocionais desadaptativos, tem-se as expressões comportamentais problemáticas, como a autolesão, que pode se expressar ainda na infância e na adolescência, atingindo seu ápice na faixa dos 20 anos de idade e decaindo ao longo do tempo (APA, 2014). A autolesão se caracteriza como “o dano deliberado e auto-infligido do tecido corporal sem intenção suicida e para fins não sancionados social ou culturalmente” (International Society for the Study of Self-injury, 2018). Os adolescentes envolvidos em comportamentos de autolesão não-suicida tendem a ter maiores níveis de desordens nas dimensões afetiva, cognitiva e comportamental (Nock, Joiner Jr, Gordon, Lloyd-Richardson & Prinstein, 2006), sendo esse comportamento deletério expresso através de cortes, perfurações, mordidas, beliscões, auto espancamento e comportamentos de risco (ingestão de fármacos em doses superiores às terapêuticas, abuso de drogas lícitas ou ilícitas com fins autodestrutivos, etc.), caracterizando-se como um modo disfuncional dos indivíduos buscarem regulação emocional, alívio da angústia e comunicação do estresse e do sofrimento que estão vivenciando (Guerreiro & Sampaio, 2013; Kamazaki, Gorelik, Motta, & Dias, 2021), podendo estar presentes independentemente de ideação suicida e de tentativas de suicídio, embora muitas vezes a elas relacionados (Muehlenkamp & Gutierrez, 2004).

Os comportamentos de autolesão também provocam o prejuízo emocional para familiares e pessoas próximas, de modo que seu aparecimento ainda na infância se relaciona a outros transtornos, como a esquizofrenia, a Síndrome de Tourette, a Síndrome de Lesch-Nyhan e o autismo (Santos & Faro, 2018). Também se observa uma alta associação da conduta

autolesivacom transtornos de personalidade, em especial o Transtorno de Personalidade Borderline (APA, 2014) além de esquemas cognitivos desadaptativos e crenças distorcidas acerca de si, dos outros e do mundo, formulados ao longo do desenvolvimento do indivíduo (Kamazakiet al., 2021). Entende-se que os comportamentos de autolesão são prejudiciais à saúde psicológica e física dos indivíduos, tornando-se um problema de saúde pública devido à sua alta prevalência, apontando para a urgência de estudo, intervenção e de prevenção ainda precocemente desses quadros evitáveis (Guerreiro & Sampaio, 2013). A presença de programas de incentivo escolar que disponibilizem suporte médico e psicológico para os estudantes, principalmente em comunidades de baixa renda, configura-se como fator preventivo fundamental contra os desdobramentos dos transtornos mentais na infância e na adolescência, promovendo o desenvolvimento humano e habilidades sociais nos indivíduos (Greenberg, Domitrovich & Bumbarger, 2001).

5. Conclusão

Tanto no contexto urbano quanto no da zona rural, o sistema de escolarização brasileiro encontra-se intimamente atravessado pelo paradigma das profundas desigualdades socioeconômicas decorrentes da elevada acumulação de renda e do sistemático sucateamento da rede pública de ensino, defasada em comparação às escolas particulares em termos de recursos pedagógicos e infraestruturais, sendo a evasão escolar uma das graves consequências que reverberam no âmbito do Ensino Fundamental, sobretudo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica ou oriundas de famílias de baixa renda. Destaca-se, nesse sentido, a presença de uma significativa correlação estatística observada entre os índices de evasão das escolas públicas da zona urbana e da zona rural no estado da Paraíba, alicerçando o entendimento de que as idiossincrasias próprias da rede pública de Ensino Fundamental são compartilhadas de forma relativamente horizontalizada entre diferentes conjunturas geopolíticas.

Em que pese a escassez de dados epidemiológicos extensivos acerca da incidência real de Autolesões no Brasil, em especial para a população até os 14 anos de idade, sublinha-se a importância de que sejam empreendidos esforços multidisciplinares, no âmbito da gestão de políticas públicas em Saúde Mental, no sentido de reverter a elevada subnotificação dos casos no país, assim possibilitando a consolidação de estratégias de prevenção, intervenção e posvenção mais eficientes e amparadas nas especificidades socioambientais de cada recorte regional, com foco no estreitamento dos laços familiares e comunitários de cada indivíduo. Neste sentido, a inserção contínua da criança em um ambiente escolar de qualidade emerge como facilitador fundamental à manutenção de uma existência com mais bem-estar, qualidade de vida e saúde mental.

Tendo em vista as múltiplas especificidades demográficas, político-econômicas e culturais próprias dos centros urbanos e da zona rural paraibana, reitera-se a necessidade de realização de novas pesquisas de tipo observacional envolvendo amostras locais, sobretudo estudos de coorte e transversais, de forma que, à luz do cruzamento dos dados levantados em diferentes regiões do estado acerca das possíveis variáveis biopsicossociais associadas à evasão escolar e à autolesão entre crianças e adolescentes em idade escolar, seja possível um mapeamento mais nítido sobre as condições de saúde mental dessas populações. Espera-se, portanto, que o presente estudo possa trazer contributos teóricos pertinentes para o avanço dos debates acerca do papel social da escola, sobretudo enquanto espaço propício ao desenvolvimento de estratégias psicopedagógicas e de políticas públicas que fomentem, não apenas a retenção escolar entre os estudantes do Ensino Fundamental no estado da Paraíba, como a diminuição dos episódios de autolesão neste mesmo recorte demográfico.

Referências

- Almeida, F. A., & Alves, M. T. G. (2021). A cultura da reprovação em escolas organizadas por ciclos. *Revista Brasileira de Educação*, 26, e260006.
- American Psychiatric Association (2014). *Diagnostic and statistical manual of the American Psychiatric Association* (5a ed.). Arlington, VA: APA.

- Bahia, C. A., Avanci, J. Q., Pinto, L. W., & Minayo, M. C. S. (2017). Lesão autoprovocada em todos os ciclos da vida: perfil das vítimas em serviços de urgência e emergência de capitais do Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 22(9), 2841-2850.
- Cedaro, J. J., & Nascimento, J. P. G. (2013). Dor e gozo: Relatos de mulheres jovens sobre automutilações. *Psicologia USP*, 24(2), 203-223.
- Estrela, C. (2018). *Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa* (3a ed.). Editora Artes Médicas.
- Guerreiro, D. F., & Sampaio, D. (2013). Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. *Revista portuguesa de saúde pública*, 31(2), 213-222.
- Greenberg, M. T., Domitrovich, C., & Bumbarger, B. (2001). The prevention of mental disorders in school-aged children: Current state of the field. *Prevention & treatment*, 4(1).
- Halpern, R., & Figueiras, A. (2004). Influências ambientais na saúde mental da criança. *Jornal de pediatria*, 80, 104-110.
- Hage, S. A. M. (2014). Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da Escola Pública do Campo. *Educ. Soc. Campinas*, 35(129), 1165-1182.
- Hooley, J. M., & Germain, S. A. (2013). Nonsuicidal self-injury, pain, and self-criticism: does changing self-worth change pain endurance in people who engage in self-injury? *Clin. Psychol. Sci*, 2(3), 297-305.
- International Society for the Study of Self-injury. (2018). What is self-injury? <https://itriples.org/about-self-injury/what-is-self-injury>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. (2019). Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). <http://www.inep.gov.br/Basica/Censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. (2016). Notas Estatísticas do Censo Escolar 2016. <http://www.inep.gov.br/Basica/Censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2020). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020. Brasil.
- Kamazaki, D. F., Gorelik, V. B., Motta, P. A. C., & Dias, A. C. G. (2021). Esquemas Iniciais Desadaptativos e Autolesão Não Suicida: Uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 23.
- Klonsky, E. D. (2007). The functions of deliberate self-injury: a review of the evidence. *Clin. Psychol. Rev*, 27(2), 226-239.
- Klonsky, E. D., & Glenn, C. R. (2009). Assessing the functions of non-suicidal self-injury: Psychometric properties of the Inventory of Statements About Self-injury (ISAS). *J. Psychopathol. Behav*, 31(3), 215-219.
- Martins, J. T., Ribeiro, R. P., Bobroff, M. C. C., Marziale, M. H. P., & Cruz, M. L. D. C. (2014). Pesquisa epidemiológica da saúde do trabalhador: uma reflexão teórica. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, 35(1), 163-174.
- Matsukura, T. S., Fernandes, A. D. S. A., & Cid, M. F. B. (2014). Saúde mental infantil em contextos de desvantagem socioeconômica: fatores de risco e proteção/Child mental health in socioeconomically disadvantaged contexts: risk and protective factors. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 22(2).
- Muehlenkamp, J. J., & Gutierrez, P. M. (2004). An investigation of differences between self-injurious behavior and suicide attempts in a sample of adolescents. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 34(1), 12-23.
- Naiff, L. A. M., Sá, C. P., & Naiff, D. M. (2008). Preciso estudar para ser alguém: Memória e representações sociais da educação escolar. *Paidéia*, 18(39), 125-138.
- Naiff, L. A. M., & Naiff, D. M. (2021). Repetência e abandono no ensino público regular: representações sociais da produção do "fracasso escolar". *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(1), 1-23.
- Nock, M. K., Joiner Jr, T. E., Gordon, K. H., Lloyd-Richardson, E., & Prinstein, M. J. (2006). Non-suicidal self-injury among adolescents: Diagnostic correlates and relation to suicide attempts. *Psychiatry research*, 144(1), 65-72.
- Oliveira, J. S., Borgui, R. F., & Miranda, E. M. (2018). Educação pública e privada no Brasil e na Argentina: um olhar sobre a legislação. *Currículo sem Fronteiras*, 18(1), 170-184.
- R Core Team. (2019). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing. Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>.
- Sá, N. N. B., Carvalho, M. G. C., Mascarenhas, M. D. M., Yokota, R. T. C., Silva, M. M. A., & Malta, D. C. (2010). Atendimentos de emergência por tentativas de suicídio, Brasil, 2007. *Rev. Médica de Minas Gerais*, 20(2), 145-152.
- Santos, L. C. S., & Faro, A. (2018). Aspectos conceituais da conduta autolesiva: Uma revisão teórica. *Psicologia em Pesquisa*, 12(1), 5-14.
- Shirasu, M. R., & Arraes, R. A. (2016). Determinantes da evasão e repetência escolar. In: Encontro Nacional de Economia. Anais da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.
- Silva, R. S., Machado, R. A., Carneiro, L. S., Azevedo, G. H., Silva, F. T., Sá, C. B. N., Oliveira, G. S., & Mendonça, E. D. (2019). Fatores de risco associados ao suicídio na adolescência: uma revisão integrativa no período de 2004 a 2019. *Rev. Patologia do Tocantins*, 6(2): 50-56.
- Sousa, G. S., Santos, M. S. P., Silva, A. T. P., Perrelli, J.G. A., & Sougey, E. B. (2017). Revisão de literatura sobre suicídio na infância. *Ciênc. saúde coletiva*, 22(9), 3099-3110.

Tafarelo, F., & Francisco, E. R. (2018). Evasão Escolar no Ensino Médio Seriado Brasileiro Através de Modelos de Regressão Espacial: Metodologia Potencial para Aplicação no Varejo. In: 13º Congresso Latino-Americano de Varejo e Consumo. Fundação Getúlio Vargas.

Tardivo, L. S. L. P. I. C., Rosa, H. R., Ferreira, L. S., Chaves, G., & Pinto Júnior, A. A. (2019). Autolesão em adolescentes, depressão e ansiedade: um estudo compreensivo. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 39(97), 159-169.

Zequinão, M. A., Cardoso, A. A., Silva, J. L., Medeiros, P., Silva, M. A. L., Pereira, B., & Cardoso, F. L. (2017). Desempenho escolar e bullying em estudantes em situação de vulnerabilidade social. *J. Hum. Growth Dev*, 27(1), 19-27.